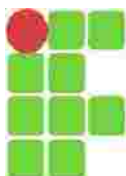




MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
REITORIA
CONSELHOR SUPERIOR

ATA ORDINÁRIA Nº 01/2012 DO CONSELHO SUPERIOR, 13 DE F REIRO DE 2012

1 Ata da primeira reunião ordinária de dois mil e doze do Conselho Superior do Instituto
2 Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Tocantins. Aos treze dias do
3 mês de fevereiro do ano de dois mil e doze, às nove horas, na sala de reuniões
4 localizada no prédio da Reitoria, situada à Avenida Joaquim Teotônio Segurado,
5 Quadra duzentos e um Sul, Conjunto um, Lote nove, Palmas, Estado do Tocantins,
6 reuniram-se sob a presidência do Magnífico Reitor, Francisco Nairton do Nascimento, o
7 Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado
8 do Tocantins, composto pelo Reitor, como presidente; pela representação de um terço
9 do número de *Campi*, destinada aos servidores docentes, sendo o mínimo de dois e o
10 máximo de cinco representantes, e igual número de suplentes; pela representa de
11 um terço do número de *Campi*, destinada ao corpo discente, e igual número de
12 suplentes; representação de um terço do número de *Campi*, destinada aos servidores
13 técnico-administrativos, sendo o mínimo de dois e o máximo de cinco representantes e
14 igual número de suplentes; por dois representantes dos egressos e igual número de
15 suplentes, por seis representantes da sociedade civil igual número de suplentes; por
16 dois representantes do setor público e/ou empresas estatais, designados pela
17 Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica; um representante e um suplente do
18 Ministério da Educação, designado pela Secretaria de Educação Profissional e
19 Tecnológica; representação de um terço dos Diretores-Gerais de *Campi*, sendo o
20 mínimo de dois e o máximo de cinco e igual número de s s. Foi registrada a
21 presença dos representantes dos diretores dos *Campi*, Octaviano Sidnei Furtado, 1º
22 titular, Décio Dias dos Reis, 2º titular; dos servidores docentes, Guilherme Bizarro
23 Salve, 1º titular, Sergio Roberto Jorge Alves, 2º titular; dos representantes dos
24 egressos, Miquéias Alves da Rocha César, 1º titular, Higor Fernando Arruda Lira, 2º
25 titular; dos representantes dos servidores técnicos administrativos, Adeilson Marques
26 da Silva Cardoso, 2º titular; dos representantes discentes, Elizangela Mendes Sousa,
27 1º titular, André Soares Mendes, 2º titular; do representante titular do Sindicato dos
28 Trabalhadores em Saúde do Estado do Tocantins, Getúlio de Souza Araújo; do

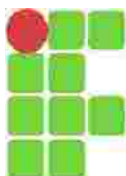




MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
REITORIA
CONSELHOR SUPERIOR

ATA ORDINÁRIA Nº 01/2012 DO CONSELHO SUPERIOR, 13 DE F REIRO DE 2012

29 representante suplente da Federação do Comércio do Estado do Tocantins, Miriam
30 Rodrigues do Rosário Santos e de Maria da Penha Barbosa, representante titular da
31 Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia. O presidente conferiu o quórum e
32 declarou aberta a reunião, iniciando-a com a assinatura dos Termos de Posse pelos
33 conselheiros presentes. Logo o Presidente deu início aos informes gerais, falando
34 sobre a troca do Ministro da Educação, da posse dos novos Conselheiros do CONIF,
35 assim como do novo Secretário da Educação Profissional e Tecnológica. Falou ainda
36 que, durante a posse da nova Diretoria, a primeira solicitação mais urgente do Ministro
37 da Educação é a questão do Plano de Carreira dos Servidores, como também falou da
38 solução dos problemas D um D três. Acrescentou ainda que, o Secretário Executivo do
39 MEC falou que até dia trinta e um de março, conforme ficou acertado durante a greve,
40 vão está avançando com relação ao Plano de Carreira dos Servidores. O presidente
41 falou ainda do ofício do MEC, no qual indicou os novos Conselheiros para integrar o
42 Conselho Superior do IFTO, nomeando como titular Vicente Pereira de Almeida e com
43 membro suplente Nilva Schroeder. Nairton mencionou que ficou acertado com os
44 antigos conselheiros, que a reunião do CONSUP teria duração de quatro horas,
45 prorrogada por mais quatro. Com isso, sugeriu que levasse a votação a questão do
46 horário da reunião, propondo que, o horário fique como está, quatro horas prorrogada
47 por mais quatro, ou como determina o regulamento, duas horas prorrogada por mais
48 duas. Explicou que é necessário definir o horário das reuniões, tendo em vista que,
49 estão construindo os documentos institucionais, como também pelo gasto com diárias e
50 passagens, visto que alguns conselheiros moram distante da Reitoria. Diante disso,
51 esclareceu ainda que, o Ministério do Planejamento vai fazer contingenciamento em
52 cima dos limites de diárias e passagens, e em seguida abriu espaço para sugestões.
53 Com a palavra, Getulio informou que, compreende o Presidente, como também os
54 conselheiros que moram fora, falou ainda que, é impossível discutir o volume de
55 documentos em apenas duas ou quatro horas, e sugeriu que o conselho se reúna mais
56 vezes, visto ser difícil interpretar o que os outros escrevem, como também

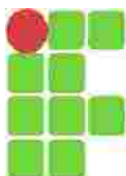




MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
REITORIA
CONSELHOR SUPERIOR

ATA ORDINÁRIA Nº 01/2012 DO CONSELHO SUPERIOR, 13 DE F REIRO DE 2012

compreender a legislação. Francisco Décio, acrescentou que não tem como fazer a reunião, somente em duas ou quatro horas, visto o grande o volume de documentos. No entanto, sugeriu que os documentos sejam lidos em casa e, que tragam para as reuniões somente as sugestões. Nairton esclareceu que, os documentos antes de ser levados ao Conselho superior são discutidos no Colégio de Dirigentes e ainda acrescentou que concorda que o volume de documentos é grande, que tem uma preocupação em diminuir este volume e, solicita que os conselheiros continuem fazendo um sobre esforço com reuniões mensais ou quinzenais com o objetivo de vencer pautas extensas como a desta reunião, pois estamos fazendo o alicerce da instituição, criando novos cursos e regulamentando os s já existentes. O presidente enfatizou que, não esta mais aprovando Ad Referendum, de acordo pedido do conselho superior e, enfatizou que todos os documentos vão ser levados para aprovação do conselho. Adeilson falou que, nem todos tem tempo disponível para analisar os documentos, no entanto, sugeriu que o volume de documento seja diminuído ou as reuniões realizadas com mais freqüência. Décio Dias reforçou que, as reuniões devem ser bem aproveitadas, visto que alguns conselheiros moram longe e há gastos com diárias e passagens, como também, por estarem no momento de construção do IFTO, sugeriu então que, as reuniões se mantenha quatro horas, prorrogadas por mais quatro e que continuem fazendo reuniões extraordinárias para suprir as necessidades. Já Guilherme, falou que o Regulamento deve ser alterado de acordo as necessidade do conselho e, sugeriu adotar no Regulamento Interno do ConSup o regime de seis horas corrida. Miriam discorda do regime de seis horas corrida e sugeriu que se mantenham as reuniões por quatro horas, prorrogadas por mais quatro e, que a mesma aconteça com mais freqüência. Getúlio esclareceu que, a sua solicitação é com relação a diminuição do volume de documentos, e não da redução do horário da reunião. Já Octaviano concordou que, as reuniões sejam realizadas durante quatro horas e prorrogadas por mais quatro, visto a demanda de documentos e por acreditar que os conselheiros tem a responsabilidade muito grande

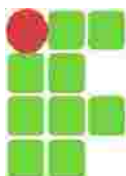




MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
REITORIA
CONSELHOR SUPERIOR

ATA ORDINÁRIA Nº 01/2012 DO CONSELHO SUPERIOR, 13 DE F REIRO DE 2012

85 com a construção da base do Instituto e, ainda sugeriu que essa alteração seja feita no
86 regulamento. Diante do exposto, Nairton fez um encaminhamento da possibilidade de
87 alterar no Regulamento, o horário da reunião do ConSup de quatro horas, prorrogadas
88 por mais quatro e, ainda solicitou a secretária do Conselho, que quando estiver uma
89 determinada quantidade de documentos, que seja marcado uma reunião extraordinária
90 e aos Diretores Gerais presentes na reunião solicitou que, encaminhassem os
91 documentos para apreciação e aprovação do Conselho Superior o mais rápido
92 possível, a fim de que seja marcado uma reunião extraordinária. Em seguida, Nairton
93 esclareceu sobre as duas sessões sindicais do IFTO e fez um encaminhamento,
94 sugeriu que os representantes das duas sessões possam participar das reuniões do
95 Conselho Superior com direito a voz, e assim fazer seus encaminhamentos. Octaviano
96 sugeriu que, discutissem sobre a participação não só dos representantes dos
97 sindicatos nas reuniões, mas da participação de alguém de outros campi que não há
98 sindicatos, para que os mesmos também tenham representatividade. Guilherme falou
99 que, a intenção dos sindicatos é fazer a representação dos Técnicos Administrativos e
100 dos Professores, e que não há problema participar das reuniões somente com direito a
101 voz. Disse ainda que, é necessário regulamentar sobre a participação dos sindicatos
102 nas reuniões do Conselho Superior. Com isso, o presidente acrescentou que, será
103 confeccionada uma resolução aprovando a participação dos representantes das duas
104 sessões sindicais. Em seguida leva a participação dos representantes dos dois
105 sindicatos à votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade. Logo, segue para o
106 primeiro ponto de pauta, onde fez uso da palavra a Auditora Interna do IFTO, Rosana
107 Sara Brito, que apresentou o PAINT 2012. Rosana apresentou a equipe da Auditoria
108 Interna, elencou a demanda da Instrução Normativa nº 7 da CGU, falou que todos os
109 itens do PAINT foram aprovados pela CGU e, ainda falou das ações que foram
110 retiradas do Orçamento. Guilherme questionou sobre a liberação das diárias para os
111 auditores visitarem os campus que não possuem auditoria interna própria e dependem
112 dos auditores dos outros campi. Rosana prontamente esclareceu que, tanto a reitoria

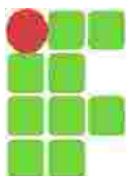




MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
REITORIA
CONSELHOR SUPERIOR

ATA ORDINÁRIA Nº 01/2012 DO CONSELHO SUPERIOR, 13 DE F REIRO DE 2012

113 como os campi tem dado todo suporte aos auditores com relação as diárias para as
114 visitas aos campi. Esclareceu ainda que, os auditores também tem recebido apoio
115 financeiro para as capacitações. Retomando, Rosana falou do Controle de Gestão,
116 disse que a auditoria interna é uma ponte entre a Controladoria Geral da União e o
117 Órgão, que toda a demanda da CGU, a auditoria deve esta avaliando, acompanhando,
118 dando suporte a gestão, para atender a demanda com maior agilidade. Acrescentou
119 que, tanto o RAINT como o PAINT já foram entregues a CGU. Falou ainda que, a
120 função da Auditoria Interna é assessorar o gestor e, que todo o trabalho da AUDIN é
121 feito com acompanhamento da CGU. Esclareceu que, o objetivo não é punir, mas
122 trabalhar com assessoramento e prevenção a fim de evitar penalização. Falou também
123 das bolsas de assistência estudantil, da reserva técnica, da capacitação dos auditores.
124 Sergio questionou sobre o orçamento destinado de quatrocentos e sessenta mil reais
125 para capacitação. Rosana esclareceu que esse valor foi retirado da previsão
126 orçamentária e é destinado para capacitação dos servidores do Instituto e não somente
127 dos auditores. Nairton reforçou que, existe uma reserva para capacitação dentro dos
128 campi e da reitoria, e que este ano foi destinado setecentos e vinte e cinco mil para
129 capacitação em pagamento de pessoa jurídica. Disse ainda que, este ano vão fazer
130 contingências no orçamento. Guilherme questionou se a Auditoria Interna tem dentro
131 de suas atribuições a recomendação. Rosana explicou que, a maior atribuição da
132 AUDIN é assessoramento e recomendação, acrescentou que os gestores devem
133 cumprir as recomendações da AUDIN e, que essas recomendações também são
134 enviadas a CGU, juntamente com notas técnicas, relatórios referentes todas as
135 atividades. Disse ainda que, a CGU anualmente avalia todos os trabalhos da auditoria.
136 Esclareceu ainda que, se o gestor for responsabilizado, automaticamente a auditoria
137 também é responsabilizada. Guilherme questionou ainda, se os documentos da
138 auditoria são públicos e como os conselheiros podem ter acesso. Rosana prontamente
139 esclareceu que os Relatórios da auditoria não são públicos, mas os conselheiros
140 podem ter acesso, se solicitar formalmente, tendo em vista que alguns documentos são

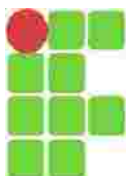




MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
REITORIA
CONSELHOR SUPERIOR

ATA ORDINÁRIA Nº 01/2012 DO CONSELHO SUPERIOR, 13 DE F REIRO DE 2012

141 relacionados a servidores, sendo os mesmos sigilosos, como também pelo setor
142 possuir informações privilegiadas da gestão. Falou ainda que, as normativas
143 estabelecem que esses documentos sejam encaminhados somente para a CGU.
144 Professor Nairton esclareceu que, a partir de março irá vigorar uma Lei onde qualquer
145 documento pode ser solicitado por qualquer cidadão, uma vez que, para a referida lei
146 não existe sigilo na gestão pública. No entanto, sugere que AUDIN poste na página do
147 Instituto os documentos encaminhado a CGU para que toda a comunidade possa ter
148 acesso. Nairton esclareceu ainda que, esses documentos estão disponibi na
149 página da transparência. Em seguida coloca o PAINT 2012 em votação, sendo o
150 mesmo aprovado sem nenhuma objeção. Dando seqüência, passa-se para o segundo
151 ponto da pauta, onde trata da adequação da composição do Conselho Superior.
152 Seguidamente o presidente propôs que a composição do CONSUP seja adequada de
153 acordo com a Lei de criação dos Institutos e, sugeriu a constituição de uma comissão
154 para adequar o Regulamento à Lei, visto que há distorções em ambos os documentos.
155 Propôs ainda que, a comissão seja formada pelos membros da gestão, do Conselho
156 Superior e pelos representantes dos sindicatos, abrindo espaço em seguida, para que
157 os conselheiros se habilitem, onde somente o conselheiro Adeilson Cardoso se dispôs
158 a fazer parte da referida comissão. Em seguida, Edivaldo Vieira Pacheco, Coordenador
159 da área de Recursos Naturais, apresentou o Projeto Pedagógico do Curso Superior de
160 Agronegócio do *Campus* Palmas, falou do catalogo de cursos, do eixo tecnológico de
161 Recursos naturais, acrescentou ainda que, o curso tem entrada anual com duração de
162 três anos, sendo que, o horário aos sábados é reservado para visitas técnicas. Disse
163 ainda que, a carga horária é de duas mil e setecentas horas, com certificação a cada
164 três períodos, abordou ainda sobre a matriz curricular, a inserção da disciplina de
165 libras, o corpo docente, a instalação elétrica que ainda é uma proposta e futuramente
166 poderá ser levada para fora do *Campus*, como por exemplo, para os assentamentos.
167 mencionou ainda sobre as instalações físicas, como também dos experimentos
168 realizados na Agro Jr Consultoria, onde a intenção é que a mesma seja futuramente

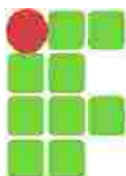




MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
REITORIA
CONSELHOR SUPERIOR

ATA ORDINÁRIA Nº 01/2012 DO CONSELHO SUPERIOR, 13 DE F REIRO DE 2012

uma Empresa Jr do *Campus*. Guilherme parabenizou pela iniciativa da empresa Agro Jr e, sugeriu que no objetivo geral do curso, onde diz (...) crescimento das empresas rurais (...), seja substituído por organizações do agronegócio. Sugeriu ainda que, o último item dos objetivos específicos seja revisto, visto que, o mesmo está relacionado ao perfil dos egressos, como também propôs que, seja feito um quadro relacionando as disciplinas com as competências a ser desenvolvidas pelos egressos, tendo que há umas disciplinas no Plano de Ensino que não estão relacionadas no perfil do egresso. Também sugeriu que, a transferência interna dos estudantes seja atualizada de acordo com a Organização Didática Pedagógica, uma vez que, a mesma não prevê mais a transferência interna dos cursos, como também sugeriu que, o Plano de Negócio seja uma opção contemplada no Trabalho de Conclusão de Curso. Sérgio Roberto também parabenizou Edivaldo e, sugeriu dialogar/rediscutir sobre a questão dos horários de chegada dos discentes, visto que, os alunos na sua maioria são trabalhadores, disse ainda que, o curso só tem a ganhar se o horário for adequado de acordo a necessidade do estudante. Edvaldo esclareceu que, o horário de entrada dos alunos já está sendo discutido. Nairton enfatizou que, os campi têm autonomia para discutir com os alunos sobre o horário de chegada. Higor questionou até que ponto a certificação tecnológica por semestre é interessante para o curso, uma vez que, o curso é realizado somente em três anos, e se essa certificação não acabaria estimulando a evasão. Octaviano justificou que, esta certificação é importante, pois existem contratações a partir do certificado intermediário, o que facilita a entrada dos alunos no mercado de trabalho. O presidente reforçou a justificativa, ao mencionar que o mundo empresarial necessita dessa certificação intermediária, mesmo embora o aluno não tenha concluído o curso. Edvaldo complementou a justificativa, afirmando que os alunos só recebem o certificado intermediário após um ano e meio de curso. Getulio deu como exemplo o órgão onde trabalho, SINTRAS, afirmando que os alunos recebem a certificação a cada modulo concluído. Miriam falou que, a certificação não estimula a evasão, mas incentiva. Em seguida, o presidente coloca o PPC Superior em

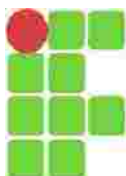




MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
REITORIA
CONSELHOR SUPERIOR

ATA ORDINÁRIA Nº 01/2012 DO CONSELHO SUPERIOR, 13 DE F REIRO DE 2012

197 Agronegócio em votação, sendo o mesmo aprovado sem nenhuma objeção. Miguel
198 Camargo, Diretor Pró-tempore do *Campus* Porto Nacional, apresentou o Projeto de
199 Implantação do curso Técnico em Logística, informando que o curso técnico em
200 logística já está no terceiro período e, que no final deste semestre já está sendo
201 concluído. Informou ainda que, as alterações que ocorreram dentro do curso foram
202 devido as exigências da legislação. Justificou que o projeto do curso está em duas
203 formas Word e pdf, quando transforma o documento do Word em pdf, ele sofre
204 alteração de página, carga horária, como também identifica o curso como
205 concomitante, sendo que o mesmo é subsequente e, repassou as retificações para
206 serem anexadas a Ata da reunião. Enfatizou ainda sobre a aceitação do curso e
207 esclareceu que, futuramente o projeto do curso de logística é para que o mesmo seja
208 ofertado concomitantemente com o Ensino Médio, em virtude de atender uma demanda
209 do estado. Em seguida, apresentou o Projeto de Implantação do curso Técnico em
210 Informática, e justificou que o projeto também sofreu as mesmas alterações quando foi
211 transformado em pdf. Aroldo Costa, justificou as alterações que o projeto sofreu nas
212 referências básicas e complementares. Guilherme parabenizou o perfil profissional dos
213 egressos. Nairton acrescentou que, as referências bibliográficas são muito importantes,
214 e que os campi devem adquirir os livros que estão relacionados no projeto do curso, a
215 fim de evitar futuros transtornos quando o curso for avaliado. Com isso, Miguel
216 enfatizou que, quando os livros são relacionados no projeto sempre estão disponíveis
217 para aquisição, mas no momento que o projeto é aprovado e vão adquiri-los, não estão
218 mais disponíveis no mercado. Dessa forma, Nairton sugeriu que, quando os livros não
219 estiverem disponíveis no mercado, que os campi façam uma nova relação e
220 apresentem ao conselho para mudanças. Octaviano acrescentou que, a preocupação
221 que os campi devem ter, é com relação ao estágio, porque muitas vezes, os alunos
222 arrumam um estágio que não é compatível com a realidade do curso. Logo, o
223 presidente coloca os dois projetos do *Campus* Porto Nacional em votação, sendo o
224 mesmo Aprovado por unanimidade. Elkerlane Moraes, Coordenadora de Cursos

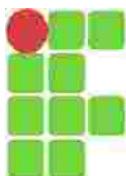




MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
REITORIA
CONSELHOR SUPERIOR

ATA ORDINÁRIA Nº 01/2012 DO CONSELHO SUPERIOR, 13 DE F REIRO DE 2012

225 Técnicos Integrados do *Campus* Paraíso do Tocantins, apresentou o Projeto
226 Pedagógico de Curso de Médio Integrado ao Técnico em Meio Ambiente e o Projeto
227 Pedagógico de Curso de Médio Integrado ao Técnico em Informática, iniciou
228 ressaltando a parceria com a reitoria e a participação efetiva dos colegiados.
229 Esclareceu sobre a pesquisa e a disponibilidade da mesma no site do *Campus*. Falou
230 ainda da formação do eixo tecnológico, da carga horária do curso de três mil
231 quatrocentos e sessenta e três horas, e do itinerário formativo. Abordou sobre a
232 tendência de trabalhar com Ensino Médio Integrado em três anos, sobre a Organização
233 do curso, sobre a base nacional comum e a base específica, esclareceu ainda do
234 acréscimo da língua estrangeira, espanhol, na matriz curricular. Falou ainda da
235 estratégica pedagógica, das atividades complementares, do estágio curricular
236 supervisionado, do sistema de avaliação e dos cálculos semestral, falou ainda das
237 instalações e equipamentos, pessoal docente e técnicos pedagógicos. Karine Beraldo
238 falou da formação específica e Stefan da organização das disciplinas, da estrutura
239 curricular, apresentou o modelo de organização de carga horária e como o curso é
240 ministrado de forma semi-integral, apresentou ainda as praticas de extensão e
241 atividades complementares. Com a palavra, André Soares questionou como está sendo
242 a atuação do curso de meio ambiente. Karine esclareceu que, o curso está sendo bem
243 procurado e os alunos tem conseguido ingressar nos estágios. Antonio da Luz
244 acrescentou que, o aluno dos cursos subsequente tem interesse em concluir o curso e
245 ingressar no mercado de trabalho. Já os alunos dos cursos de Ensino Médio Integrado
246 geralmente não querem trabalhar na área de Meio Ambiente, mas ingressar e um curso
247 superior. Reforçou ainda que, o curso em meio ambiente está sendo bem procurado e
248 que tem campo de estágio. Octaviano falou sobre a preocupação com o registro
249 profissional, haja vista os problemas enfrentados atualmente com o CREA, falou ainda
250 da alteração do ensino médio integrado de quatro anos para três, que a proposta
251 é formação profissional, como também falou da sua preocupação com essas mudanças
252 e com a carga horária do curso de sete horas diárias, tendo em vista que a Matriz

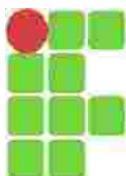




MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
REITORIA
CONSELHOR SUPERIOR

ATA ORDINÁRIA Nº 01/2012 DO CONSELHO SUPERIOR, 13 DE F REIRO DE 2012

orçamentária esta baseada na carga horária do aluno. Getulio, assim como Décio Dias aprovaram que o curso seja ministrado em três anos, desde que atenda os pré-requisitos. Octaviano falou sobre sua preocupação com o grau de maturidade dos alunos que estão formando para o exercício formal da profissão e, sugeriu ainda que a Pró-reitoria de Ensino faça o acompanhamento das propostas de três anos a fim de compatibilizá-las e com isso facilitar a movimentação dos estudantes no âmbito do Instituto. Higor abordou sobre a dificuldade dos alunos em estagiar, tendo em vista que os mesmos passarão dois períodos na Instituição. Nairton esclareceu que, as escolas que ministram cursos em Ensino Médio Integrado a mais tempo, como por exemplo, o *Campus* de Araguatins, onde os alunos passam oito horas no *Campus*, os estágios acontecem no último ano do curso, no período de férias. Afirmou ainda que, a Matriz orçamentária esta baseada na carga horária do aluno, e que automaticamente corrige a distorção, levando em consideração o tempo que o aluno fica na escola. Guilherme falou que houve reclamações do transporte, alimentação e higiene pessoal, tendo em vista que os alunos vão passar mais tempo na escola e, sugeriu que façam esse esclarecimento no Projeto Pedagógico. Sugeriu também que, no Projeto Pedagógico do curso de Informática, esclarecessem melhor os objetivos do curso e o perfil profissional do egresso, como também propôs que fizessem uma correção no itinerário formativo, tendo em vista que, falta uma ligação do término do curso com o mercado de trabalho. Higor reforçou sobre a tendência do EMI em três anos, e sugeriu que os gestores pensem na expansão da parte estrutural, tendo em vista, o tempo que os alunos vão permanecer na instituição. Em seguida o presidente, leva a votação os dois cursos apresentados, e com base nas considerações e sugestões apresentadas, ambos os cursos são aprovados com duas abstenções. Seguidamente Elion Sarmiento, Responsável Técnico do Eixo de Gestão e Negócios do *Campus* Paraíso do Tocantins, apresentou o Projeto Pedagógico do Curso Bacharel em Administração. Iniciou apresentando a equipe de elaboração do PPC e em seguida falou da importância do curso para a região, tendo em vista a plataforma Multimodal, como também justificou a

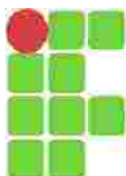




MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
REITORIA
CONSELHOR SUPERIOR

ATA ORDINÁRIA Nº 01/2012 DO CONSELHO SUPERIOR, 13 DE F REIRO DE 2012

281 importância do curso para o Brasil, comparando-o com os Estados Unidos. Falou ainda
282 sobre a oferta da Educação superior em instituições públicas e dos egressos de nível
283 médio na região. Esclareceu que o curso foi implantado após uma pesquisa de
284 demanda e ainda, elencou as universidades que ministram o curso de Administração
285 no estado, enfatizando que, de dezesseis instituições somente a UFT é pública.
286 Esclareceu sobre a estrutura curricular, carga horária (três mil cento e cinco horas).
287 Guilherme questionou se a carga horária de três mil horas com o TCC esta de acordo
288 com a legislação. Elion prontamente esclareceu que, esta totalmente de acordo com a
289 legislação e, disse ainda que o curso esta aberto para adequações. Guilherme
290 mencionou que, o perfil dos egressos está muito generalista, tendo em vista que o
291 mesmo só tem quatro competências técnicas, e por não estar abrangendo as áreas
292 mercadológicas, de logística e gestão de pessoas, no entanto recomenda que o perfil
293 dos egressos seja avaliado. Comentou ainda que, não vê necessidade de acrescentar
294 o nome das pessoas do Núcleo Docente Estruturante no Projeto Pedagógico do Curso,
295 tendo em vista o que reza na Organização Didático-Pedagógica dos cursos que orienta
296 a realização de eleição entre os pares. Acrescentou ainda, estar preocupado com a
297 qualificação dos docentes, pois de acordo o PPC os professores em sua maioria são
298 especialistas, no entanto, sugeriu que, o instituto faça esforço para capacitar os
299 docentes. Nairton esclareceu que, este ano estão apostando todas as fichas para
300 conseguir capacitar os servidores, na oferta de Minter e Dinter, mas, falta universidades
301 adequadas para a capacitação. Falou ainda que, uma das áreas de capacitação é em
302 gestão pública e, que houve uma mobilização dentro do CONIF para um programa
303 dentro da própria rede, visto ser um problema da rede federal, e um dos objetivos é
304 avançar também na capacitação internacional, pegando o gancho da ciência sem
305 fronteiras. André questionou que, não foi apresentado um quadro de docente e nem as
306 disciplina optativas. Elion esclareceu que não foi apresentado, tendo em vista a
307 demanda crescente do momento, pois se acrescentar as disciplinas pode engessar,
308 visto que as mesmas podem ser disponibilizadas num semestre e outro não. Sergio

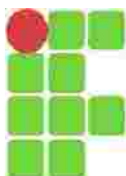




MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
REITORIA
CONSELHOR SUPERIOR

ATA ORDINÁRIA Nº 01/2012 DO CONSELHO SUPERIOR, 13 DE F REIRO DE 2012

questionou se o quadro de docente é suficiente para começar o curso. Elion confirmou que sim, mas que tem previsão para contratação de mais docentes. Nairton acrescentou que os campi estão em expansão, sendo previsto a contratação de um total de sessenta professores. Falou ainda que, para o *Campus* Paraíso do Tocantins esta previsto de seis a oito professores. Logo o presidente coloca em votação o curso Superior em Administração, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. Em seguida passou-se para o nono ponto de pauta, que trata do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências com habilitação em Química, Física e Biologia. Erna Schultz, Coordenadora de Cursos Superiores do *Campus* Paraíso do Tocantins, iniciou a apresentação justificando o motivo pelo qual resolveram trabalhar com mais uma licenciatura. Apresentou dados do INEP com o quantitativo de professores que ministraram aula no Ensino Fundamental e médio em todo o estado. Falou dos professores formados no curso em epigrafe, tanto no estado como na região que o curso será ministrado. Abordou onde os cursos são ministrados de forma gratuita, elencou o publico alvo, o objetivo do curso e o perfil dos egressos. Falou ainda sobre o funcionamento do curso, da entrada anual com quarenta vagas, e que nesse primeiro momento vai atender habilitação em química. Esclareceu ainda que, o projeto esta pronto para que futuramente o aluno possa cursar as três habilitações, em oito anos. Apresentou ainda a carga horária, o estagio curricular, as atividades complementares, a estrutura existentes: laboratórios, salas de aula, falou ainda da necessidade de investimentos, como aquisição de livros, melhorias nos laboratórios e contratação de professores. Nairton falou que, o projeto é inteligente, e mencionou as dificuldades na contratação de professores para ministrar cursos de licenciatura. Sérgio questionou se dois anos destinados a habilitação da química são suficientes para formar o aluno. Erma afirmou justificando que, todos os componentes concernentes a química estão contemplados nas eletivas, na qual abrange os dois anos finais. Mencionou ainda que, nos dois primeiros anos o aluno ver toda a parte introdutória as três habilitações, já a partir do quinto é que ele vai entrar nas eletivas. Guilherme questionou porque não

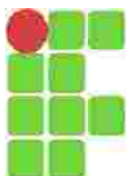




MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
REITORIA
CONSELHOR SUPERIOR

ATA ORDINÁRIA Nº 01/2012 DO CONSELHO SUPERIOR, 13 DE F REIRO DE 2012

337 incluíram matemática. Erma justificou que inicialmente a intenção era ofertar, mas em
338 função dos cursos de matemática está sendo ministrados a distância, a inclusão dos
339 mesmos será futuramente. Guilherme sugeriu que, acrescentassem no perfil do
340 egresso as competências da habilitação em química e biologia e, sugeriu ainda que,
341 revisassem a forma de acesso, tendo em vista que a Organização Didático-Pedagógica
342 não contempla mais transferência interna. Logo após, o presidente leva o Projeto
343 Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências com habilitação em Química, Física
344 e Biologia a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. Em seguida, Karine
345 Beraldo apresentou o Projeto Pedagógico do Curso de Pós Graduação Lato-Sensu em
346 Gestão Ambiental, enfatizando a gratuidade do curso, visto que as universidades
347 oferecem particular, justificou porque optarem pela pós-graduação em gestão
348 ambiental, falou dos trabalhadores que trabalham na área sem formação, apresentou
349 os objetivos do curso, o publico alvo, falou ainda da gratuidade do curso e do
350 aproveitamento da estrutura do *Campus*. Esclareceu que após pesquisas realizadas
351 com os formados na área, as aulas ficaram definidas nos finais de semana com
352 encontros presenciais. Falou ainda da disponibilidade dos transportes, das disciplinas,
353 da carga horária, do sistema de avaliação, enfatizando a quantidade de disciplinas que
354 podem se reprovadas e do TCC que será um artigo defendido em banca. Adeilson
355 questionou se o aluno reprovar mais de uma vez em uma disciplina e, questionou ainda
356 porque a seleção não é uma prova estilo vestibular. Karine prontamente respondeu
357 que, o aluno será desvinculado do curso, caso ele reprove mais de uma vez em uma
358 disciplina. Quanto a seleção, afirmou que em edital está previsto para que seja avaliado
359 o currículo, mas, como o curso está iniciando, essa seleção pode ser revista. André
360 questionou se o aluno pode ingressar na pós-graduação estando no ultimo período da
361 graduação. Karine esclareceu que na portaria menciona que aluno só pode ingressar
362 quando houver concluído a graduação. Antonio da Luz acrescentou que, as aulas
363 serão ministradas sexta feira a noite e sábado pela manhã, contando com a boa
364 vontade e a colaboração dos professores. André falou da oportunidade que a pós-

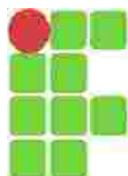




MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
REITORIA
CONSELHOR SUPERIOR

ATA ORDINÁRIA Nº 01/2012 DO CONSELHO SUPERIOR, 13 DE F REIRO DE 2012

365 graduação está dando aos alunos do curso de gestão e do curso de meio ambiente e
366 parabenizou. Seguidamente o presidente leva o Projeto Pedagógico do Curso de Pós
367 Graduação Lato-Sensu em Gestão Ambiental a votação, e o mesmo é aprovado por
368 unanimidade. Logo, segue-se para o décimo primeiro pondo de pauta, onde trata da
369 remoção de servidores. Em seguida Maria Edileuza, Diretora de Gestão de Pessoas da
370 Reitoria, apresentou a Instrução Normativa número oito de dois mil e onze, enfatizando
371 que a mesma será apresentada após as sugestões do Colégio de Dirigentes e da
372 Procuradoria Federal do IFTO. Edileuza enfatizou que, as alterações sugeridas pela
373 procuradora inicia no texto da ementa, onde ela solicitou que alterasse as normas para
374 remoção dos servidores públicos do IFTO e revogassem a IN numero oito de dois mil e
375 onze, bem como a resolução número dezessete de dois mil e onze. Com isso Edileuza
376 esclarece que, ela sugeriu que revogasse a IN número oito e criasse outra instrução
377 normativa. Edileuza seguiu fazendo a leitura da IN e abordou sobre as disposições
378 gerais onde por sugestão da procuradora foi suprimido o parágrafo segundo do artigo
379 primeiro. Edileuza explicou o parágrafo terceiro do artigo primeiro, e Guilherme sugeriu
380 que, o período para solicitar a remoção deve ser correspondente ao mesmo período de
381 afastamento para capacitação strictu senso, sendo o texto modificado. Sergio sugeriu
382 que, fosse acrescentado o parágrafo quarto onde diz que toda e qualquer remoção
383 ocorrerá mediante processo administrativo. Sergio sugeriu ainda que, acrescentassem
384 na seção que trata sobre remoção de ofício um artigo que impeça a remoção em
385 período eleitoral, seis meses anterior e, seis meses posterior a data do pleito, tendo em
386 vista a preocupação com os casos de barganha durante o processo eleitoral. Sérgio
387 também sugeriu que, a alínea e, do inciso I, do parágrafo segundo do artigo sétimo
388 fosse suprimida, tendo em vista que, a legislação não rege que o servidor é impedido
389 de ser removido quando responde processo administrativo disciplinar, a inclusão desta
390 alínea representa ser um ato punitivo, haja vista que, o próprio processo por si só já é
391 investigativo, apurativo, podendo inclusive ser revisto depois. Continuando a
392 apresentação, Edileuza esclareceu ainda que, por sugestão da Procuradora Federal

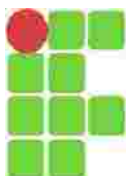




MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
REITORIA
CONSELHOR SUPERIOR

ATA ORDINÁRIA Nº 01/2012 DO CONSELHO SUPERIOR, 13 DE F REIRO DE 2012

393 houve um acréscimo de texto no inciso terceiro do artigo oitavo, como também no
394 inciso terceiro do artigo nono. Sergio propôs que o inciso terceiro do artigo nono fosse
395 incluso no texto do artigo décimo, tendo em vista que, no referido inciso,
396 diferentemente dos demais incisos do artigo nono, trata da remoção mediante processo
397 seletivo de concurso de remoção. Edileuza solicitou que, no artigo décimo terceiro,
398 incluíssem a palavra úteis no texto que trata que em dois dias úteis, após o resultado
399 da remoção, o servidor poderá fazer pedido de reconsideração, visto que as vezes o
400 processo chega numa sexta feira e o prazo para recorrer seria sábado e domingo.
401 Edileuza acrescentou ainda que, a Procuradora recomendou que incluísse o artigo
402 décimo sétimo que trata dos casos de desempate, como também sugeriu que,
403 acrescentasse mais um artigo revogando a Instrução Normativa número oito de dois mil
404 e onze e as demais disposições em contrário. Em seguida o presidente, leva a votação
405 a Instrução Normativa, e com base nas considerações e gestões apresentadas tanto
406 pelo colégio de Dirigentes, Pela Procuradora Federal e pelos conselheiros, a mesma foi
407 aprovada por unanimidade. Logo o presidente esclareceu sobre Processo Eleitoral para
408 a Gestão do *Campus* Paraíso do Tocantins. Explicou que, de acordo a lei o sso
409 eleitoral para a escolha do gestor do *Campus* Paraíso deveria ser ainda este ano, mas
410 a comunidade do *Campus*, em reunião com a participação dos representantes do
411 SINASEFE, que inclusive foi lavrada em ata, manifestaram interesse em postergar o
412 período eleitoral para escolha do novo diretor do *Campus*, para o primeiro semestre de
413 dois mil e treze, em virtude de haver apenas dois possíveis candidatos, que no
414 momento estão afastados para capacitação e, não demonstraram interesse em se
415 candidatar, como também por desejarem que os candidatos sejam da própria unidade
416 de ensino. Nairton solicitou que seja feito uma resolução, se assm os conselheiros
417 entenderem, aprovando a postergação da deflagração do processo eleitoral para
418 diretor do *Campus* Paraíso do Tocantins, de acordo manifestação da comunidade local.
419 Sérgio confirmou a participação do SINASEFE na reunião do *Campus* Paraíso, como
420 também confirmou a manifestação da comunidade com relação a postergação do





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
REITORIA
CONSELHOR SUPERIOR

ATA ORDINÁRIA Nº 01/2012 DO CONSELHO SUPERIOR, 13 DE F REIRO DE 2012

421 período eleitoral para escolha do novo diretor do *Campus* Paraíso, para o primeiro
422 semestre de dois mil e treze. Guilherme esclareceu que o SINASEFE foi ao campus
423 averiguar algumas denúncias enviadas ao SINASEFE e não solicitou formalmente a
424 deflagração do processo eleitoral. Relatou ainda sobre as denúncias que receberam
425 com relação ao calendário escolar do *Campus*, sendo que os professores iriam
426 trabalhar no período em que estariam de fato de férias. Em seguida, Nairton coloca em
427 votação a postergação da deflagração do processo eleitoral para a gestão do *Campus*
428 Paraíso do Tocantins, de acordo manifestação da comunidade local, sendo a mesma
429 aprovada com uma abstenção. E não havendo mais nada a se tratar, encerra-se a
430 reunião. Eu, Idrlan Alves Batista, secretária do Conselho Superior, lavrei a presente ata
431 que, depois de lida e aprovada, vai assinada por mim, pelo presidente e demais
432 membros do Conselho Superior.

433

434

Francisco Nairton do Nascimento
Presidente do Conselho Superior

Octaviano Sidnei Furtado
Representante dos Dirigentes – 1º titular

Décio Dias dos Reis
Representante dos Dirigentes – 2º titular

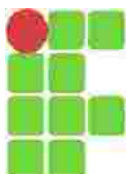
Guilherme Bizarro Salve
Representante dos Docentes – 1º titular

Sérgio Roberto Jorge Alves
Representante dos Docentes – 2º titular

Adeilson Marques da Silva Cardoso
Representante dos servidores Técnicos
Administrativo – 2º titular

Higor Fernando Arruda Lira
Representante dos Egressos – 2º titular

Miquéias Alves da Rocha César
Representante dos Egressos – 1º titular



Av. Joaquim Teotônio Segurado
Quadra 201 Sul, Conjunto 01, Lote 09, Centro
Palmas/TO - CEP: 77.015-200
(063) 3212-1529
conselhosuperior@ifto.edu.br - www.ifto.edu.br



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
REITORIA
CONSELHOR SUPERIOR**

ATA ORDINÁRIA Nº 01/2012 DO CONSELHO SUPERIOR, 13 DE F REIRO DE 2012

**Elizangela Mendes Sousa
Representante dos Discentes – 1º titular**

**André Soares Mendes
Representante dos Discentes – 2º titular**

**Miriam Rodrigues do Rosário Santos
Representante da Federação do Comércio
de Bens, Serviços e Turismo do Estado do
Tocantins – suplente**

**Maria da Penha Barbosa
Representante da Secretaria Estadual de
Ciência e Tecnologia – titular**

**Getúlio de Sousa Araujo
Representante do Sindicato dos
Trabalhadores em Saúde no Estado do
Tocantins - titular**

**Idrlan Alves Batista
Secretária do Conselho Superior**

